

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

PROGRAMA DO CONCURSO

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS
DE VOZ E DADOS E ENVIO DE SMS**

PROCESSO N.º **25DC37CPI008**

TIPO DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

1.	OBJETO DO CONCURSO	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR	3
3.	CONSULTA DO PROCESSO	3
4.	ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
5.	AGRUPAMENTOS.....	4
6.	MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	5
7.	ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	5
8.	PROPOSTAS VARIANTES.....	6
9.	PROPOSTAS PARCIAIS.....	7
10.	PREÇO BASE	7
11.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	8
12.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE	8
13.	JÚRI DO CONCURSO	8
14.	ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS.....	9
15.	RELATÓRIO PRELIMINAR	9
16.	AUDIÊNCIA PRÉVIA.....	10
17.	RELATÓRIO FINAL	10
18.	ADJUDICAÇÃO	10
19.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO.....	10
20.	CAUÇÃO.....	12
21.	CONTRATO	12
22.	ENCARGOS	12
23.	RECURSO AO AJUSTE DIRETO	13
24.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	13

ANEXOS:

ANEXO I: FORMULÁRIO DO DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP), VERSÃO DISPONÍVEL EM [HTTPS://EC.EUROPA.EU/GROWTH/TOOLS-DATABASES/ESPD/FILTER?LANG=PT](https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espdp/filter?lang=pt) (DISPONIBILIZADO EM VERSÃO XML)

ANEXO II: MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

ANEXO III: FORMULÁRIO DE OS PREÇOS PARA O LOTE 1 (DISPONIBILIZADO EM VERSÃO WORD)

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1.** Constitui objeto do presente concurso público internacional a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VOZ E DADOS E DE ENVIO DE SMS**, de acordo com as cláusulas técnicas e Anexos do caderno de encargos.
- 1.2.** O presente procedimento encontra-se organizado por **2 (dois) LOTES**:
- a) LOTE 1: SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VOZ E DADOS;**
 - b) LOTE 2: SERVIÇOS DE ENVIO DE SMS.**

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR

- 2.1.** A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, com o endereço eletrónico dicom.nabse@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.
- 2.2.** A decisão de contratar foi tomada por deliberação n.º 1558/2025, da sessão extraordinária da Mesa de 24 de junho, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da SCML, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro.

3. CONSULTA DO PROCESSO

O presente concurso decorrerá e pode ser consultado na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>, utilizada pela SCML.

4. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 4.1.** Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado CCP, os Interessados poderão solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, na plataforma eletrónica em uso pela SCML, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.2.** No mesmo prazo, os Interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento e que digam respeito a:
- 4.2.1.** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - 4.2.2.** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - 4.2.3.** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o Interessado não considere exequíveis.
- 4.3.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- 4.3.1.** O júri do concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados, ou pode prestá-los oficiosamente, por escrito, através da plataforma eletrónica;

4.3.2. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificados considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, ou pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.

4.4. Ao órgão competente para a decisão de contratar compete a identificação e decisão sobre os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, que, uma vez tomada, será publicitada na plataforma eletrónica utilizada pela SCML, e junta às peças de procedimento.

4.5. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações devem ser juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela SCML.

4.6. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações às peças do procedimento expressamente aceites fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. AGRUPAMENTOS

5.1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas coletivas ou singulares, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

5.2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas todos os membros do agrupamento serão solidariamente responsáveis perante a SCML, pela manutenção das suas propostas, com as legais consequências.

5.3. Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada previamente pela SCML, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.

5.4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.

5.5. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento, todos os seus membros, e apenas estes, associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:

5.5.1. Cópia do contrato de consórcio ou de agrupamento complementar de empresas;

5.5.2. Procuração outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os bens fornecidos, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações da SCML ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado;

5.5.3. Documento com a indicação da percentagem de participação de cada um dos elementos do agrupamento e a indicação do seu líder.

6. MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1.** Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela SCML identificada **na cláusula 3.**, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados até às **17h00m00s** do **15.º (décimo quinto) dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação ao Serviço de Publicações Oficiais, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção com referência às respetivas data e hora.
- 6.2.** A proposta será assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por Procurador, juntar-se-á procuração com assinatura reconhecida na qualidade, que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
- 6.3.** Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão. Se o Concorrente optar por submeter na plataforma eletrónica os referidos documentos utilizando um arquivo de compressão de dados (v.g. arquivo ZIP), deve, ainda assim e sob pena de exclusão, assinar com recurso a assinatura eletrónica qualificada cada um dos documentos que o constituem.

7. ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 7.1.** Na proposta, cada Concorrente manifesta a sua vontade em contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 7.2.** As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
- 7.2.1.** Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), devidamente preenchido de acordo com os modelos constantes do **ANEXO I**
- 7.2.2.** Declaração com indicação do preço contratual global para cada Lote, conforme modelo constante do **ANEXO II**, observando o disposto no artigo 60.º do CCP.
- 7.3.** As propostas devem indicar:
- 7.3.1.** Para o **LOTE 1**:
- a)** Os preços unitários, expressos em euros com até 4 (quatro) casas decimais, a aplicar a:
 - i)** Um minuto de comunicações de voz de e para dentro do EEE;
 - ii)** Um minuto de comunicações de voz para fora do EEE;
 - iii)** Um minuto de comunicações de voz de fora do EEE;
 - iv)** Cem megabytes (100MB) de dados móveis (Internet) dentro do EEE;
 - v)** Cem megabytes (100MB) de dados móveis (Internet) fora do EEE;
 - vi)** PRI (ISDN) – acesso primário para central telefónica.
 - b)** O desconto, referente aos equipamentos a ceder pelo Adjudicatário nos termos previstos no Caderno de Encargos, a aplicar durante a execução do contrato ao

preço definido e comercializado no âmbito do portfolio de equipamentos de gama empresarial,

- c)** O ficheiro “Lote 1 - Formulário de Preços” devidamente preenchido apenas nas células a verde, considerando-se ser de zero o valor de qualquer célula verde deixada por preencher ou com conteúdo não numérico.
- d)** Nos termos da **cláusula 10** do presente Programa de Concurso, o valor proposto para as 36 (trinta e seis) mensalidades dos serviços, que englobe o disposto nas alíneas **b) c) e d)** da **cláusula 10.1.1.** (célula E16 do formulário de preços) não pode exceder €194 000,00 (cento e noventa e quatro mil euros).
- e)** Taxa de IVA a aplicar.

7.3.2. Para o LOTE 2:

- a)** Os preços unitários, expressos em euros com até 6 (seis) casas decimais, a aplicar a:
 - i)** Envio de um SMS para dentro do EEE, atendendo ao preço base unitário de €0,02 (dois centimos);
 - ii)** Envio de um SMS para fora do EEE, atendendo ao preço base unitário de €0,50 (cinquenta centimos);
- b)** Taxa de IVA a aplicar.

7.4. Relativamente a qualquer um dos lotes, o Concorrente deverá informar expressamente se pretende que algum dos serviços objeto do contrato seja objeto de subcontratação e se existe algum custo de operação relativamente a licenciamentos que a SCML terá de garantir no âmbito de web Access.

7.5. Os preços indicados na proposta são expressos em Euros e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

7.6. Os Concorrentes devem apresentar outros documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham atributos da proposta, de acordo com os quais os Concorrentes se dispõem a contratar, conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

7.7. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

7.8. Todos os documentos que instruem a proposta, assim como os respetivos anexos e esclarecimentos, têm de ser redigidos em língua portuguesa.

7.9. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos Interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

8. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

9. PROPOSTAS PARCIAIS

Os Concorrentes deverão apresentar propostas para a totalidade de cada LOTE, não sendo admissíveis propostas parciais.

10. PREÇO BASE

10.1. Pela execução de todas as prestações objeto dos contratos a celebrar, para efeito de apresentação de proposta que englobe os 2 (dois) Lotes e, para a duração contratual máxima, o preço base global é de **€741.200,00 (setecentos e quarenta e um mil e duzentos euros)**, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável. sendo, por Lote, o seguinte:

10.1.1. LOTE 1: €705.200,00 (setecentos e cinco mil e duzentos euros), montante que inclui:

- a)** equipamento terminal e/ou acessórios no valor de **€376.200,00 (trezentos e setenta e seis mil e duzentos euros)**;
- b)** um pacote mensal de **600.000 (seiscentos mil)** minutos de comunicações de voz no Espaço Económico Europeu ("EEE");
- c)** um pacote mensal de **5.000GB** de dados para acesso à Internet no EEE;
- d)** um acesso primário (**30 canais**) para central telefónica;
- e)** uma bolsa destinada a fazer face a serviços adicionais no montante máximo de **€135.000,00 (cento e trinta e cinco mil euros)**, destinada ao pagamento de quantidades que excedam as constantes das alíneas anteriores da presente cláusula ou que sejam de tipo diferente da indicada, como sendo comunicações de voz internacionais ou dados fora do EEE, acessórios e/ou reparações, bem como, se esgotado o respetivo montante, equipamento terminal.

10.1.2. LOTE 2: € 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL EUROS), MONTANTE QUE INCLUI:

- a)** a quantidade mínima mensal contratada de 25.000 (vinte e cinco mil) SMS enviados para dentro do EEE.
- b)** uma bolsa correspondente ao preço do envio de 25.000 (vinte e cinco mil) SMS mensais para o EEE, destinada ao pagamento do envio de SMS que excedam a quantidade mínima mensal contratada ou tenham outros destinos que não o EEE, sendo que o valor máximo admissível pelo envio de um SMS para dentro do EEE é de **€0,02 (dois cêntimos)**, e pelo envio de um SMS para fora do EEE é de **€0,50 (cinquenta cêntimos)**.

10.2. O preço global e o preço por lote indicados nos números anteriores foram obtidos mediante critérios objetivos, com base nos preços unitários constantes em contratos anteriores, na consulta dos preços publicamente anunciados pelos principais operadores, nas quantidades de cada tipo de serviço efetivamente consumidas mensalmente ao longo dos últimos contratos, e no potencial de aumento de consumo dos serviços contratados.

10.3. Pela prestação de serviços objeto do presente procedimento, a SCML pagará, para além das quantidades mínimas ou pacotes mensais estabelecidos, apenas os serviços efetivamente prestados, sendo que, no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, por Lote, tal não confere aos Adjudicatários o direito de serem indemnizados, seja a que título for.

11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter todas e quaisquer condições da sua proposta durante um período de **120 (cento e vinte) dias úteis**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

12.1. Relativamente ao **LOTE 1** a adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com a **modalidade monofator**, correspondente ao resultado da ponderação do preço de diversos serviços de acordo com a quantidade esperada para a sua utilização.

12.2. A folha de cálculo que constitui o Formulário de Preços, que deve ser preenchida pelos proponentes e constituir parte integrante da sua proposta, calcula na célula E20 o valor da proposta, e na célula K20 um valor que pretende ser representativo dos consumos esperados, e cujo único propósito é a avaliação das propostas, sendo adjudicada a proposta que apresente este valor mais baixo.

12.3. Em caso de empate será adjudicada a proposta que apresente o mais baixo preço para 100MB de dados dentro do EEE.

12.4. Relativamente ao **LOTE 2** a adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a **modalidade monofator**, correspondente ao preço do envio de 1000 (mil) SMS para dentro do EEE e 1 (um) SMS para fora do EEE.

12.5. Em caso de empate será adjudicada a proposta que apresente o mais baixo preço para o envio de um SMS para fora do EEE.

12.6. Caso o empate persista em qualquer um dos lotes, após aplicação do critério de desempate **nas cláusulas 12.3. e 12.5.**, o desempate será efetuado através de sorteio, conduzido pelo Júri na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela SCML.

12.7. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam o mesmo preço. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

13. JÚRI DO CONCURSO

13.1. O concurso será conduzido por um júri, designado para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.

13.2. O júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.

13.3. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, foram delegadas no júri as seguintes competências:

- a)** Prestação de esclarecimentos solicitados pelos Interessados necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, nos termos deste Programa do Concurso e do artigo 50.º do CCP;
- b)** Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 64.º do CCP;
- c)** Decisão sobre requerimentos dos Interessados para a classificação ou desclassificação de documentos que constituem as suas propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º do CCP;
- d)** Designação de peritos ou consultores internos para apoiar o Júri no exercício das suas funções, quer através da emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP, quer mediante a participação, sem direito de voto, nas reuniões do Júri;
- e)** Propor fundamentadamente a exclusão de uma proposta que apresente um preço ou custo anormalmente baixo, mesmo na ausência de definição no programa do concurso-

14. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS

14.1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e avaliação das propostas apresentadas.

14.2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.

14.3. O júri deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.

14.4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

14.5. Os pedidos de esclarecimento e de suprimento das irregularidades causadas por preterição de formalidades não essenciais, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica em uso pela SCML, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

15. RELATÓRIO PRELIMINAR

15.1. O júri do concurso, após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.

15.2. No relatório preliminar, o júri do concurso também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.ºs 2 e n.º 3 do artigo 146.º do CCP.

16. AUDIÊNCIA PRÉVIA

16.1. Elaborado o relatório preliminar, o júri notifica todos os concorrentes para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.

16.2. Os concorrentes têm **5 (cinco) dias úteis** após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo.

17. RELATÓRIO FINAL

17.1. Cumprido o disposto na **cláusula** anterior, o júri do concurso elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

17.2. No caso previsto na parte final do **número** anterior da presente **cláusula**, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

18. ADJUDICAÇÃO

18.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise e avaliação das propostas.

18.2. No prazo de **10 (dez) dias úteis** contados a partir da notificação de decisão de adjudicação, o adjudicatário deve:

18.2.1. Apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e na **cláusula** seguinte do presente programa do concurso;

18.2.2. Comunicar à SCML o nome do seu representante, que servirá de interlocutor para todas as fases da execução do contrato.

19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

19.1. No prazo previsto na **cláusula 18.2** do presente programa do concurso, o Adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica em uso pela SCML, os seguintes documentos de habilitação:

19.1.1. Declaração de habilitação conforme o modelo constante do **ANEXO IV** do presente programa do concurso;

19.1.2. Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP:

- a)** Certidão de Registo Criminal atualizada, de pessoas singulares ou no caso de pessoas coletivas, das entidades e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, nos termos das alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- b)** Declaração atualizada da situação contributiva perante a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- c)** Declaração da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme a alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.

19.1.3. Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada, comprovativa de todas as inscrições em vigor;

19.1.4. Declaração a garantir a cobertura de rede geral no território nacional e nos edifícios da SCML em especial no concelho de Lisboa e concelhos limítrofes e concelho do Porto, para o **LOTE 1**;

19.1.5. Cópia da Licença da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações – o título para utilização dos direitos de utilização de frequências para serviços de comunicações terrestres, para o **LOTE 1**.

19.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa e o adjudicatário preste à SCML o necessário consentimento, nos termos da lei.

19.3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a SCML consulte a informação prevista nas alíneas b) e c) do **número 19.1.2.** da presente **cláusula**, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no **número** anterior. Para esse efeito, informa-se que a SCML, tem o contribuinte fiscal n.º 500 745 471, podendo com esse número o adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do **número 19.1.** da presente **cláusula**.

19.4. A SCML pode solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

- 19.5.** Caso a SCML detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que possa, nos termos do artigo 86.º do CCP, levar à caducidade da adjudicação, notificará o adjudicatário para, no prazo de **5 (cinco) dias**, se pronunciar por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 19.6.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
- 19.7.** Nos termos do artigo 117.º do CCP e do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 19.8.** A SCML notificará todos os concorrentes em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, devendo os mesmos ser disponibilizados para consulta na plataforma eletrónica em uso pela SCML.

20. CAUÇÃO

- 20.1.** O Adjudicatário do LOTE 1 garantirá, mediante a prestação de caução, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, caso a adjudicação for de valor igual ou superior a € 500.000,00, sendo o valor da caução de 5% do preço contratual.
- 20.2.** Para o LOTE 2 não é exigida ao adjudicatário a prestação de caução. No entanto, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

21. CONTRATO

- 21.1.** Nos termos do artigo 101.º do CCP, o adjudicatário deve pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir da respetiva notificação, equivalendo o silêncio à aceitação da minuta.
- 21.2.** Qualquer eventual reclamação à minuta do contrato apresentado pelo adjudicatário é analisada nos termos do artigo 102.º do CCP e objeto de decisão pela SCML, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da receção da mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 21.3.** No cumprimento do disposto no artigo 104.º do CCP, a SCML comunicará a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

22. ENCARGOS

- 22.1.** São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 22.2.** São ainda da conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

23. RECURSO AO AJUSTE DIRETO

Ao abrigo do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento poderá a SCML vir a celebrar outros contratos, por ajuste direto com o adjudicatário, nos termos e para os efeitos das situações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

24. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente programa do concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação portuguesa aplicável.

ANEXO I
FORMULÁRIO DO DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM XML)

ANEXO II**MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL**

F... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, obriga-se a prestar todos os serviços que constituem o objeto do presente procedimento, referente aos Lotes(s)(escrever o número do(s) Lote(s) a que concorre por extenso), para o prazo máximo de duração da prestação dos serviços de **36 (trinta e seis) meses**, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de Euros (..... euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara:

- a) Que os suprimimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, não comprometem o preço contratual acima indicado;
- b) Que se obriga a executar o contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

[Local], [Data]

[Assinatura]

ANEXO III

**FORMULÁRIO DE PREÇOS PARA O LOTE 1
(DISPONIBILIZADO EM EXCEL)**

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º